



CONTRIBUIÇÕES DA VISÃO PSICOSSOCIAL DE FANON PARA UMA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO À BRASILEIRA

Milene Santiago Nascimento¹

Resumo

Este trabalho traz uma reflexão sobre a desinstitucionalização no campo da saúde mental brasileiro. Tributária do modelo italiano, a reforma psiquiátrica brasileira não opera a partir do marcador sócio-racial. Neste sentido, o artigo se propõe a apresentar a visão psicossocial de Frantz Fanon para refletir acerca da desinstitucionalização. Trata-se de trabalho qualitativo, com objetivo exploratório, que se utilizou de revisão de literatura. Identificou-se que o conceito de sociogênese, explicitado na visão psicossocial de Fanon e sua prática na reforma psiquiátrica francesa permite pensar a desinstitucionalização para além da desconstrução do aparato manicomial, compreendendo ações de transformações sociais e de enfrentamento ao racismo.

Palavras-chave: Desinstitucionalização. Saúde Mental Coletiva. Frantz Fanon.

Introdução

A reforma psiquiátrica brasileira é apoiada no modelo italiano, e tem como pressupostos o fechamento progressivo dos hospitais psiquiátricos e o cuidado em liberdade, de base territorial. Delgado afirma que a reforma italiana é a “matriz política e simbólica brasileira” (2016:41). Yasui (2010) ressalta que a reforma é uma transição de paradigma, da racionalidade médico-científica a uma ruptura absoluta com o modelo asilar. A reforma brasileira se situa no final da década de 1970, sendo que o movimento italiano se inicia anteriormente, na década de 1960.

A desinstitucionalização resulta do movimento da reforma psiquiátrica, quando ela deixa de ser uma bandeira dos trabalhadores da saúde mental e se torna um movimento social e democrático (Amarante, 2010 [1996]). Nascimento (2021), em

¹ Doutora em Saúde Coletiva (UERJ), Docente do UGB-FERP



uma pesquisa etnográfica em eventos do campo da saúde mental e em pesquisa de documentos governamentais aponta que há uma polissemia em torno do conceito

de desinstitucionalização. Os agentes do campo, como teóricos, trabalhadores, usuários entre outros se utilizam de diversos sentidos para conceitualizá-la: resistência contra os retrocessos na política de saúde mental, desospitalização, desconstrução, estratégia, processo. Talvez, o que justifique esse movimento polissêmico seja a tentativa de “enquadrar” a desinstitucionalização italiana no contexto brasileiro.

Utilizar a matriz italiana significa assumir todo seu alicerce eurocentrado. Pensar em uma desinstitucionalização à brasileira requer romper com o paradigma médico-científico e europeu, trazendo ao centro da discussão o marcador sócio-racial. Assim, a pesquisa se propôs a pensar em uma desinstitucionalização à brasileira. O objetivo foi apresentar as contribuições da visão psicossocial de Frantz Fanon para uma desinstitucionalização que rompa não somente com o paradigma médico-científico, mas, sobretudo, com paradigma colonial. Buscou-se, para tanto, uma revisão de literatura sobre o conceito de desinstitucionalização, sobre a visão psicossocial de Fanon e sobre sua atuação na psiquiatria francesa e na Argélia.

O tema da discussão se revela de extrema importância para um país em que pobres e pretos sofrem com o racismo, são os mais encarcerados e asilados em manicômios e em comunidades terapêuticas. Há que se pensar em uma perspectiva antimanicomial, antirracista e que possa contribuir para a transformação social.

Metodologia

Trata-se de pesquisa qualitativa, com objetivo exploratório, no intuito de trazer as contribuições de Fanon para se pensar na desinstitucionalização brasileira.

Utilizou-se de revisão de literatura acerca do conceito de desinstitucionalização italiana e em autores referência no Brasil: Paulo Amarante e Silvio Yasui. Buscou-se em obras de Fanon e de algum de seus comentadores a construção de sua visão psicossocial e sua atuação na psiquiatria comunitária.



Resultados e Discussão

A desinstitucionalização brasileira tem como referência teórico-conceitual as contribuições italianas: Franco Rotelli, Ota de Leonardis e Diana Mauri (2019[1990]). Para os autores, a desinstitucionalização é uma crítica ao paradigma psiquiátrico da loucura, que envolve processos complexos para transformar relações de poder.

No Brasil, essa referência foi amplamente discutida por autores importantes para a reforma. Paulo Amarante (2010[1996]) destaca que a desinstitucionalização pode ser desassistência, desospitalização e desconstrução do aparato manicomial. Além disso, Amarante (2003) aponta que ela deve ser realizada em dois níveis: jurídico e político. Tais considerações são retomadas por Yasui (2010). Esse autor, traz diversas referências para pensarmos a desinstitucionalização: para ele há uma mudança epistemológica, política, jurídica e artística-cultural.

Neste íterim, precisamos pensar em tais mudanças que operem a partir do marcador sócio-racial. Aqui, caberia o pensamento de Fanon. Embora o autor não apareça, como os italianos, na centralidade teórica da reforma brasileira, a atuação de Fanon na psiquiatria envolve críticas à psiquiatria colonial, à psicanálise eurocentrada. Tais aspectos não aparecem na reforma brasileira (Sevalho; Dias, 2020). A atuação de Fanon na psiquiatria francesa e na Argélia privilegia a abertura do hospital para o território, suprime a separação entre os argelianos e europeus e reorganiza a atenção em saúde mental, integrando serviços e comunidade. Para Fanon, o sofrimento mental advém da opressão colonial, que desumaniza e despersonaliza os sujeitos. Para ele, o isolamento social da loucura e do asilamento é idêntico ao isolamento proporcionado pela colonização. Para Sevalho e Dias (2020), o pensamento de Fanon se amplia para além da opressão contra o negro, mas também para outras formas de opressão.

Assim, o conceito de sociogênese da doença mental compõe a visão psicossocial de Fanon (1979; 2008). Para ele, há que se considerar fatores antropológicos, como institucionais, políticos e sociais na produção do sofrimento



psíquico. Ele não ignora os fatores psicológicos e orgânicos, mas oferece um destaque para os elementos externos.

Nesse sentido, pensar a desinstitucionalização à brasileira requer a adoção do pensamento fanoniano, uma vez que estamos diante de asilamento, manicomialização, encarceramento e psiquiatrização de uma população colonizada, em sua maioria pobre e negra. Observa-se que Fanon traz muitas contribuições para a saúde mental coletiva.

Considerações Finais

Para que pensar em uma desinstitucionalização à brasileira, o pensamento fanoniano é imprescindível. Há que se colocar em questão a colonização e o racismo na produção da institucionalização das mais diferentes maneiras.

O conceito de sociogênese deve complementar o debate sobre a desconstrução do manicômio simbólico, presente nos discursos e práticas de cuidado. Pensar em desconstruir o manicômio requer que nos posicionemos em um lugar decolonial, ou seja, partindo da realidade territorial política brasileira, colocando em questão todas as formas de opressão, violência e exclusão. Nesse sentido, precisamos ampliar o radicalizar o conceito de desinstitucionalização para uma desinstitucionalização decolonial.

Referências

AMARANTE, P. **A (clínica) e a reforma psiquiátrica**. Em: AMARANTE, P. (coord.). **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

AMARANTE, P. **O homem e a serpente** (1996). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

DELGADO, P. G. São João Del Rei: diálogo sobre os caminhos da Reforma Psiquiátrica. Entrevista com Pedro Gabriel Delgado, em 28/06/2013. Em: MELO, W.;



RESENDE, P.H.C.; BAETA, S. R. T. O. (orgs). **Mobilização, cidadania e participação comunitária**. Rio de Janeiro: Espaço Artaud, 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1979.

NASCIMENTO, M. S. **Estratégia e inclusão social: debates sobre a desinstitucionalização no campo da saúde mental**. Tese de doutoramento em Saúde Coletiva. IMS/UERJ. Data de defesa: 10 de dezembro de 2021.

ROTELLI, F.; LEONARDIS, O. de. MAURI, D. **Desinstitucionalização**. 2.ed. (fac-símile). NICÁCIO, F. (org.). São Paulo: Hucitec, 2019.

SEVALHO, G.; DIAS, J. V. dos S. **Frantz Fanon, descolonização e o saber em saúde mental: contribuições para a saúde coletiva brasileira**. (2020). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QJ9zhYGmCNHWvTJpt5pR8dD/>. Acesso em: 10.jan.2024.

YASUI, S. **Rupturas e desencontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira**. Coleção Loucura & Civilização. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.